

A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO RESISTÊNCIA DA LUTA CAMPONESA

Aline Lucas de Souza Gomes¹
Bruna dos Santos Prata²
Diana da Silva Ribeiro³
Eulina Maria Leite Nogueira⁴
⁵

RESUMO

Este trabalho é parte da pesquisa em desenvolvimento no curso de mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do Amazonas, que tem como abordagem principal o foco na Educação do Campo e assentamentos agrários, porém tendo como categorias de análise políticas públicas, campesinato e movimentos sociais, sendo o último elemento o recorte temático utilizado para compor este estudo. Embora a discussão aqui tratada contemple informações a respeito da modalidade de Educação do Campo, o mesmo enfatiza o papel e importância dos movimentos sociais diante do atendimento das pautas engendradas nessa modalidade de ensino. Para tanto, utiliza-se de um apanhado histórico percorrendo sobre as primeiras formações e organizações sociais, assim como os conceitos e análises acerca da existência dos mesmos. Ao longo deste trabalho, busca-se ainda discorrer sobre a relação existente entre as categorias de análise e a influência que as mesmas exercem sobre o ensino do campo. Em relação à metodologia, este se fundamenta em uma pesquisa com abordagem qualitativa, tendo como método de análise o Materialismo Histórico Dialético, apresentando ainda, um caráter descritivo e explicativo de fatores condicionantes do processo histórico e político do campo de estudo, fundamentando a descrição concernente aos movimentos sociais e os sujeitos que destes fazem parte.

Palavras-chave: Educação do Campo, Militância, Movimentos Sociais, Coletividade, Luta Camponesa.

INTRODUÇÃO

A composição deste trabalho surge de reflexões levantadas ao longo da pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento no curso de Ensino de Ciências e Humanidades, pela

¹ Mestranda do Curso de Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, alinenila76@gmail.com ;

² Mestranda do Curso de Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, brunaprata05@gmail.com ;

³ Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, dianadasr@hotmail.com;

⁴ Professor orientador: Doutora em Educação, Faculdade de Educação – Universidade Federal do Amazonas - UFAM, eulinanog@hotmail.com

⁵ Trabalho realizado ao longo da pesquisa de mestrado do curso de Ensino de Ciências e Humanidades, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, com a concessão de bolsa de estudo.



Universidade Federal do Amazonas, com a temática voltada para a Educação do Campo e Assentamentos Agrários no contexto amazônico. A pesquisa proporciona um estudo não apenas voltado para a modalidade da Educação do Campo como política pública educacional que atende as famílias camponesas, mas também um resgate da trajetória histórica social e política que a mesma vivenciou até os dias atuais, tendo como um dos marcos principais para a sua implantação a participação e atuação dos movimentos sociais.

Ao longo deste serão colocadas questões referentes à importância dos movimentos sociais diante da concretização de uma proposta que esteja de acordo com as particularidades de estudantes e famílias camponesas, discutindo acerca do que foi pensado e reivindicado e o que de fato é ofertado. Discorrer sobre a relação das organizações sociais ligadas ao campo e a modalidade de Educação do Campo constitui-se ainda como uma estratégia de conhecimento e resgate da própria identidade camponesa, uma vez que, conhecer a própria história é desmistificar preconceitos e definições errôneas enraizadas pela sociedade burguesa a respeito dos objetivos e pautas das lideranças dos movimentos sociais.

Como já mencionado anteriormente, o texto se estrutura a partir dos dados e discussões levantadas durante a pesquisa de campo, onde para este escopo se limitou uma breve interpretação acerca do papel dos movimentos sociais e sua participação diante da pauta de luta e reivindicação por um ensino do campo de qualidade. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico utilizando-se de categorias de análise como campesinato, Educação do Campo e movimentos sociais, tendo ainda como método de análise o Materialismo Histórico Dialético.

Diante do exposto, o material aqui apresentado organiza-se como uma síntese de análises que enriquecem e colaboram com a pauta de discussão da Educação do Campo, fazendo-se perceber que esta não está circunstanciada somente a ação do Estado, enquanto entidade neutralizadora dos grupos que são considerados a margem da sociedade, mas pelo fato de sua existência e sobrevivência estarem ligadas ao incansável trabalho de resistência e luta travados pelos grupos que constituem a militância e organicidade dos movimentos sociais.

METODOLOGIA

O trabalho se desenvolveu enquanto pesquisa de caráter exploratória, buscando informações do referido recorte, utilizando-se de pesquisa documental pelo uso de materiais gráficos e documentos de domínio público, considerando o disposto na legislação referente às



políticas públicas voltadas para a Educação do Campo bem como a participação e ação dos movimentos sociais diante da concretização dos objetivos e efetivação da mesma.

A pesquisa teve como recorte espacial as escolas da rede municipal de ensino de Presidente Figueiredo – AM, mais especificamente nas Escolas Municipal Santa Terezinha e Municipal Zita Gomes, situadas nas comunidades de assentamento de reforma agrária Rio Canoas e Rio Pardo, objetivando identificar fatores determinantes que contribuem para a efetivação da Educação do Campo nesse cenário e dentro dessa perspectiva uma proposta de reflexão sobre a influência e atuação dos movimentos sociais dentro dessa modalidade.

Ainda, considerou observações, registros e entrevistas da realidade vivenciada tanto nas escolas dos assentamentos pautados como campo de estudo, quanto nas comunidades investigadas, constituindo-se de uma análise descritiva e explicativa pelo qual, resultou na identificação de determinantes da problemática estudada, sendo estas essenciais para o processo de compreensão do formação histórica da Educação do Campo no uso das categorias descritas ao longo da pesquisa e a relação existente entre a mesma e os grupos sociais camponeses.

REFERENCIAL TEÓRICO

Descrever sobre o papel e relevância dos movimentos sociais para a concretização da Educação do Campo é parte do resgate e preservação da história e identidade dos povos do campo. Isso se deve ao processo de reconstrução da história vendida e contada pela sociedade burguesa de que qualquer ação política que beneficie os grupos camponeses é consequência da intervenção benevolente do Estado. Quando na verdade, este resultado é oriundo das inúmeras pressões exercidas por membros ligados à militância e participação dos movimentos sociais. Por isso, resgatar esse debate ajuda a reafirmar a importância da existência e defesa de movimentos sociais, que por sua vez, estão relacionados com o cerne e fundamentos que constituem os princípios e objetivos da modalidade de Educação do campo.

A Educação do Campo, diferentemente da proposta de Educação Rural que surge nas cidades para então ser implementada no campo, se caracteriza primeiramente por nascer do/no/com e para o campo, seguido por ser composta por movimentos camponeses, assentamentos, quilombos, territórios indígenas, ribeirinhos e agricultura familiar; e consequentemente por trabalhar em prol da identidade dos povos camponeses. Um dos maiores legados que tal modalidade levanta se baseia na compreensão crítica, ou seja, entender as relações de poder e formas de dominação, além do reconhecimento do direito a ter direito.



Para a construção e efetivação desse legado a participação dos movimentos sociais é de grande relevância uma vez que, é através das reivindicações desses grupos que emerge a possibilidade da sociedade enxergar o campo e os sujeitos que deste fazem parte, como resultado de resistência, lutas sociais e organização da classe trabalhadora camponesa. Identificar e estudar o propósito da Educação do Campo possibilita o reconhecimento de singularidades e processos que compõem a sua causa e efetividade, sendo essa também uma estrutura de organização de movimentos sociais aspectos fundamentais que colaboraram para a existência dessa modalidade como resultado de uma política pública, tais quais os assentamentos agrários. A formação de movimentos sociais são:

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. Essas ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. (SILVA, 2004, p. 30)

A atuação dos movimentos sociais é pautada tanto na reivindicação do propósito da educação, quanto ao de considerar o aspecto de moradia, do direito a ter um lar, uma terra para se plantar, colher, construir e viver. Dessa forma, a luta camponesa inicia sua marcha rumo ao direito que toda família camponesa tem, de possuir um pequeno lote de terra e desconstruir o perfil apresentado pelo próprio programa de assentamento agrário “despossuídores”.

Não se pode falar em Educação do Campo e assentamentos agrários sem compreender o protagonismo dos movimentos sociais. Uma vez que ambos, como resultados de políticas públicas, só foram ouvidos e implantados mediante a constituição de grupos pensados e organizados de acordo com a preocupação e reparação política e histórica de famílias camponesas.

Os primeiros ensaios a respeito da organização de movimentos sociais são datados de 1962, isso porque o movimento do campo se expandiu de forma que a luta camponesa resultou em encontros e congressos com o objetivo de criar consciência nacional em favor da reforma agrária, do direito à educação e assistência no campo, do combate à violência do campo, entre outros pontos (BRASIL, 2006). A expansão de tais encontros resultou ainda na criação de movimentos sociais populares (Caldart, 2012), alguns já extintos outros com formação recente, como: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), Movimento de Educação de Base, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores



(MPA), além da atuação direta Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) e Universidades Federais.

O papel que os movimentos sociais exercem está em consonância com uma pressão política e social, em oposição a atuação neutralizadora que o Estado mantém sobre as minorias que trabalha incansavelmente para fazer desaparecer, assim:

[...] torna-se impossível pensar que a formulação das políticas públicas é pensada unicamente a partir de uma determinação jurídica, fundamentada em lei, como se o Estado fosse uma instituição neutra, como querem os funcionalistas. Se assim fosse, as políticas públicas seriam definidas tendo como parâmetro unicamente o bem comum e este seria entendido como de interesse de todos os segmentos sociais. Esse entendimento nega a possibilidade do aparecimento de uma dinâmica conflitiva, envolvendo uma correlação de forças entre interesses de diferentes segmentos sociais ou classes. (GONÇALVES, 2016, p. 383)

A articulação dos movimentos sociais em torno da organização da luta do campo torna legítima o engajamento diante da democratização da terra, alcançando ganhos como a implantação de políticas voltadas para a formação de assentamentos agrários e posteriormente a criação de uma modalidade específica de ensino. A criação de tais assentamentos é voltada, segundo os relatórios de programas agrários oficiais, para “a transferência e alocação de determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, em algum imóvel rural específico, visando a constituição de uma nova unidade produtiva em um marco territorial diferenciado (LEITE, 2012, p. 109).”

A relação existente entre Educação do Campo e movimentos sociais são datadas ainda pelo processo histórico entre os anos de 1960 e 1980, durante o processo de modernização da economia brasileira e o problema relacionado ao êxodo rural que resultou na imigração de cerca de 30 milhões de pessoas do campo para a cidade, onde de acordo com Rossato e Praxedes (2015), surge outro agravante em relação a educação brasileira, pois o que até então possuía caráter elitista tornou-se mais visível diante do processo de exclusão da população do campo, tendo como consequência:

Uma reação ao modelo social excludente, surgindo atividades educativas organizadas por famílias, organizações movimentos sociais que de modo autônomo propuseram saberes, métodos e currículos próprios, propiciando uma formação alternativa para se viver no campo frente ao assédio modernizador, este é o caso das chamadas Escolas Familiares e Comunitárias do Campo. (ROSSATO e PRAXEDES, 2015, p. 28)

Essas primeiras organizações sociais no Brasil a despeito da Educação do Campo são associadas de acordo com Borsatto (2007) com o modelo que surgiu na França por volta de 1935 em *Lot-et-Garone* no sudoeste francês chamado *Maison Familiale Rurale* (Casa Familiar Rural). Ainda, segundo Borsatto (2007) após a Primeira Guerra Mundial a França passava por

um período de crise, tendo a agricultura um dos setores mais afetados, assim as *Casas Familiares Rurais* surgem como produto de insatisfação das famílias camponesas com o sistema educacional do país, que não atendia às especificidades do meio rural.

A proposta oferecida por este modelo de ensino era baseada na Pedagogia da Alternância, já que os estudantes alternavam seu período de estudos na própria escola com o período em casa junto a família. Tal movimento ganhou força e adequações espalhando-se por países como: Argentina, Chile, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai e principalmente Brasil. E onde mais tarde ficou conhecido como *Associação Internacional dos Movimentos Familiares para a Formação Rural*.

O recorte histórico apresentado é essencial para compreender os ideais que constituem a Educação do Campo, que desde as suas primeiras manifestações ainda fora do Brasil, já travava uma luta de classes e tentativa de ruptura com as forças dominantes da burguesia. Força de dominação essa que se fundamenta e materializa em princípios de segregação e exclusão diante do campo e cidade, burguês e proletário.

No Brasil essa tentativa de exclusão e até apagamento da história de famílias camponesas ficam mais evidentes e violentas agravadas pelo período do regime militar que culminou no exílio de umas das referências da educação em todo o seu contexto, Paulo Freire. Freire se consolidou como uma das vozes que em resposta ao contexto social de exclusão e marginalização de homens e mulheres do campo, deu força e autenticidade à criação e resistência de movimentos políticos e sociais.

Freire representa a base teórica do pensamento de Pedagogia do Oprimido e Pedagogia do Movimento por atuar diante de um movimento de alfabetização de adultos utilizando e criando um método dialógico para tal, como afirma Rossato e Praxedes (2015, p. 30) “o Método Paulo Freire levava em consideração a realidade local e a prática social efetiva dos educandos, mediante uma concepção educativa crítica e emancipatória”.

Diante do legado de Freire há a necessidade de reafirmar que a escola é o lugar onde se unifica ensino de ciência e saberes do campo, mas também um espaço para rompimentos com a exclusão e a marginalização de sujeitos oprimidos. Opressão essa, apresentado na obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), baseada nas experiências vivenciadas por sujeitos que “padecem e reagem à formas de opressão e radicalidade deformadora-formadora de processos sociais. (ARROYO, 2012, p. 554)”

A atuação de Freire no processo de alfabetização e a relação que este estabelece com os movimentos sociais têm em comum a pauta da politização e emancipação humana. Isto porque para Freire (1987) os homens são capazes de reinventar o mundo e não apenas de reproduzi-lo,

pois são seres de decisão e de ruptura, que podem lutar pela liberdade e pela autonomia contra a opressão, o que certamente os condiciona a um processo educacional e não ao adestramento.

Compreender as falas de Freire colaboraram significativamente para a organização e estrutura dos movimentos sociais e para que estes ganhassem voz e força entre os protagonistas do campo, assim como a pressão imposta sobre o Estado opressor diante da oferta a educação para famílias camponesas, como um direito a ser estabelecido e cumprido. O cerne desse debate é parte da condição de luta e militância de movimentos sociais, fundamentados na concepção freiriana, onde a maior responsabilidade juntamente com a resistência e cobrança do processo de escolarização se configura como uma luta travada contra as forças de opressão e caracterizada como condição fundamental para o engajamento necessário no embate pela libertação, almejando assim, uma possibilidade de transformação social.

Os fundamentos que tratam da emancipação e luta contra a opressão são passagens e características principais nas obras de Freire e fortalecem a organicidade e coletividade dos movimentos sociais em prol do ensino do campo, como exposto a seguir:

A Pedagogia Libertadora de Freire busca a emancipação de povos marcados pela opressão, dominação e dependência através de um processo de conscientização de que os indivíduos são os construtores e os sujeitos de sua própria história, assim como, pela capacidade de se indignar contra toda injustiça e julgo. Nessa perspectiva, a Pedagogia Libertadora de Freire se constitui como um dos instrumentos fundamentais no processo de conscientização dos sujeitos e, por conseguinte, na constituição dos movimentos sociais. (STÊNICO e PAES, 2017, p. 52)

O fato é que a constituição dos movimentos sociais surge em uma pauta de tentar superar a contradição existente entre campo e cidade, de valorizar a identidade camponesa, de reivindicar o que é de direito no mínimo básico aos sujeitos do campo, e principalmente a luta contra a opressão e hegemonia da sociedade burguesa. Por isso a atuação dos mesmos é construída majoritariamente em ideais que busquem promover o diálogo e a transformação dos sujeitos envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação do Campo compreende uma modalidade diferenciada porque atende uma demanda com rotina e objetivos distintos, mas que a população rural não tem como cobrar ou acompanhar uma materialização de políticas públicas eficaz de acordo com o que é ofertado, pois o elemento principal que evidencia a proposta pedagógica do campo, tal qual a identidade campesina e o reconhecimento de fatores que colabora para uma vida de opressão, privação e resistência, são discussões totalmente alheio aos comunitários observados ao longo da pesquisa.



Por isso, a importância de discorrer e refletir também sobre elementos que colaboraram diante da concretização de tal modalidade, sendo estes o protagonismo dos movimentos sociais.

É fato que hoje a atuação de inúmeros grupos sociais é comprimida com preconceitos e propagação de *fake news*, principalmente se tratando do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST. Contudo, abordar alguns pontos-chaves sobre o processo histórico da Educação do Campo, bem como a participação dos movimentos sociais diante da pressão que consolidou a implementação de tal modalidade é um trabalho que somado a tantos outros contribuirá para como forma de resistência à opressão na luta de classes, que também é uma realidade do campo.

Diante disso, configura-se como pauta de reflexão, o conhecimento que se tem sobre a história e protagonismo de diferentes movimentos sociais em prol da luta, primeiramente pelo atendimento e oferta de um ensino que atenda as demandas do campo, seguido da luta para que a modalidade ofertada seja de qualidade respeitando os princípios e especificidade de seus atores sociais, e por fim, para que tal política educacional não seja somente implantada, mas que seja contínua buscando a superação do desmonte e perseguição ideológico enfrentados desde a sua criação pelas forças hegemônicas deste país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou, dentro da temática estabelecida e através dos recortes espaciais enfatizados, debater e desenvolver uma análise sobre o papel dos movimentos sociais como linha de discussão diante da implementação da Educação do Campo. Descrever sobre a importância e atuação dos grupos sociais diante da reivindicação do direito ao ensino é uma forma de resgate e preservação do processo histórico vivenciado no campo.

Conhecer os contextos e sujeitos envolvidos com a luta de classes que se estende ao campo, é um meio de buscar a emancipação através da organicidade e coletividade que estes grupos constituem entre si, além de fortalecer a conjunção de lutas e conquistas que ajudam a propagar.

Certamente a discussão proposta ao longo deste trabalho se configura como um desafio, uma vez que aborda questões que são indissociáveis a proposta de Educação do Campo ao mesmo tempo tenta costurar aspectos que compõem os ideais do campo e a busca pela emancipação de grupos que estão à margem de uma classe dominante. Por isso a importância de trazer ao cerne de discussão a relevância do trabalho exercido pelos movimentos sociais



desde as suas primeiras ações em prol de uma construção sociopolítica a partir da dinâmica de organicidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e ao Programa por incentivar discussões importantes e atuais para a comunidade acadêmica e sociedade como um todo. Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do Governo do Estado do Amazonas por meio Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, com a concessão de bolsa de estudo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Pedagogia do Oprimido**. In: CALDART, Roseli Salete. (Org). Dicionário da Educação do Campo. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BORSATTO, P. V. “**Maison Familiale Rurale**” - **Casa familiar Rural**. Anais da 6ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Florianópolis-SC, maio de 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória Incra 35 anos** / Alberto Marques. Antônio Fernando Mattza. Antonio Francutti [et. al.]. Brasília: MDA: Incra, 2006.

CALDART, Roseli Salete. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEITE, S. P. **Assentamento rural**. In: CALDART, Roseli Salete. (Org). Dicionário da Educação do Campo. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 108-111, 2012.

ROSSATO, G.; PRAXEDES, W. **Fundamentos da Educação do Campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia**. Edições Loyola, São Paulo, 2015.

SILVA, E. B. d. **Educação e reforma agrária: práticas educativas de assentados**. São Paulo: Xamã, 2004.

STÊNICO, J. A. d. G.; PAES, M. S. P. **Paulo Freire e os movimentos sociais: uma análise da conjuntura brasileira**. Educación Vol. XXVI, N° 50, marzo 2017, pp. 47-61.